

CADERNOS DE TRABALHO NETSAL

V4 #9 | 2016



**CRISE E FUTUROS DA ESQUERDA:
TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO
E PENSAMENTO ESTRATÉGICO**

José Maurício Domingues

CADERNOS DE TRABALHO NETSAL

Os Cadernos de Trabalho NETSAL são uma nova publicação trimestral do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Esta série, iniciada em 2013, publica estudos que sejam resultados de pesquisas, empíricas e/ou teóricas, afins às linhas e áreas de trabalho do NETSAL. Trata-se de números monográficos que podem tanto discutir resultados de investigações finalizadas como propor novas agendas de pesquisa.

Publicado três vezes ao ano, aceitam-se trabalhos em português, espanhol e inglês. Propostas de textos, de até 50 páginas, podem ser apresentadas ao conselho de redação via email (netsal@iesp.uerj.br), acompanhados de resumo em torno de 120 palavras, em que fique clara uma síntese de propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho, além de palavras-chave e mini cv do autor.

Conselho de Redação:

Diretores: Breno Bringel e José Maurício Domingues

Design editorial e diagramação: Carolina Niemeyer

ISSN: 2317-9104

Netsal – Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina

<http://netsal.iesp.uerj.br/index.php/pt/>

IESP – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua da Matriz, 82, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ CEP: 22260-100. Tel.: +55 (21) 2266-8300

<http://www.iesp.uerj.br/>

CRISE E FUTUROS DA ESQUERDA: TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E PENSAMENTO ESTRATÉGICO

José Maurício Domingues

José Maurício Domingues é doutor em sociologia pela London School of Economics and Political Science (LSE) e professor do IESP-UERJ. Entre seus últimos livros encontram-se *O Brasil entre o presente e o futuro. Conjuntura interna e inserção internacional* (Rio de Janeiro: Mauad, 2015, 2ª. edição) e *Estudos e críticas em teoria social* (São Paulo: Annablume, 2016).

RESUMO

Este artigo argumenta que a esquerda se fez prisioneira de visões de curto prazo e assim também de concepções em que a tática predomina sobre a estratégia. Ele revisa a discussão histórica da esquerda sobre tendências de desenvolvimento do capitalismo e da modernidade. Ele argumenta que tendências opostas, de fortalecimento dos estados mas também de uma também crescente autonomização de indivíduos e coletividades, se desdobram e que esta última deve ter preeminência sobre a luta contra os monopólios e o imperialismo, ao contrário do que foi tradicionalmente preconizado na esquerda brasileira. Deste modo retoma-se as posições inovadoras da esquerda entre os anos 1960 e 1980, defendidas, de maneiras distintas, pelo PCB e o PT, mas progressivamente desvalorizadas nas últimas décadas. Uma visão de longo prazo deve ser retomada e táticas mais conjunturais estar de novo subordinadas ao imperativo do aprofundamento da democracia.

Palavras-chave: Esquerda, tendências de desenvolvimento, monopólios e imperialismo, estado e democracia, estratégia e tática.

O FECHAMENTO DA HISTÓRIA

A esquerda, no mundo em geral, neste momento em particular no Brasil, anda às cegas. Em suas melhores horas acreditava ter a história, em seu longo prazo, em suas mãos. Não importavam realmente as derrotas imediatas, em algum momento se desenharia de novo o caminho a seguir. Claro, como observou Gramsci (1932-33, pp. 87ss), isso não era mais que um lenitivo, que, se tomado a sério demasiadamente, poderia levar à paralisia da ação política. Mas identificar linhas de força do desenvolvimento histórico, tendências de desenvolvimento, permitiria que a esquerda fosse capaz de não sucumbir, existencial e politicamente, às vicissitudes dos embates que, especialmente o século XX, multiplicaram.

A esquerda perdeu a capacidade, porém, em sua maior parte, de pensar estrategicamente. Assim se debate e esgota nas políticas de curto prazo, sem saber onde concentrar seus esforços e sem confiança no que o futuro reserva para si e para aqueles que quer representar, sem lograr delinear uma solução positiva para os males do presente que nele não se esgote. Concentração no curto prazo quer dizer imersão pura e simples na tática, em outras palavras, *taticismo*. É verdade que longo prazo e estratégia são expressões de significados múltiplos, mas para a esquerda havia uma articulação entre suas diversas dimensões. É verdade também que esquerda quer dizer coisas bastante diferentes e que o mais correto é falar de esquerdas, que sustentam visões e projetos bastante distintos, díspares e até mesmo opostos entre si. Ainda assim a derrota de uma parece implicar na desorientação de outras. Também aqui há elos a serem identificados.

Começamos por assinalar que em grande parte essa dificuldade de pensar o longo prazo e estrategicamente deriva do fechamento do horizonte histórico. É ele que nos dá nossas possibilidades existenciais, aquelas que, mesmo que hoje não realizadas, se colocam como factíveis. Se elas se mostram impossíveis, se desaparecem desse horizonte que permite antecipações calcadas no desejo e na razão, a história se bloqueia e nossa capacidade de pensar sua abertura à mudança social se esvai. É isso que vem ocorrendo e com efeito foi inclusive teorizado. É o que encontramos em Fukuyama (1992) e seu "fim da história", em que reinariam a democracia liberal e o capitalismo, sem quaisquer outras possibilidades (embora ele tenha depois revisto sua posição). O mesmo se revela na obra de Jameson (1991), que identificou no que chamou de "pós-modernidade" exatamente uma concepção de história da qual se ausentou o futuro. Isso nos teria deixado prisioneiros do presente de uma modernidade plenamente realizada, em que não haveria mais lugar para alternativas como o socialismo.

Essa captura pela curta duração, pelo imediato, implica que tendências históricas não podem, por definição, ser identificadas – a não ser a reiteração daquelas que já operam dominante ou exclusivamente no presente. Não haveria de fato desenvolvimento histórico. Essa situação é consequência de dois processos: a consumação da modernidade, de forma completa – com suas realizações e taras –, e a derrota da esquerda, em todas as suas variantes (comunista e do "socialismo real"²), anarquista e socialdemocrata, esta última em menor medida, embora cada vez mais colonizada pelo social liberalismo (ao qual retornaremos abaixo).

Certamente se poderia dizer que já avançamos para além daquelas visões, que já se vê a história em sua abertura. É verdade que, substantivamente, isso em parte vem ocorrendo, mas, por outro lado, se futuro se pode discernir, ele não é alvissareiro. Em geral desenvolvimentos negativos, de falta de coesão social, monopolização total da economia, guerras e outras desgraças mais surgindo nas discussões é o que estaria reservado à espécie humana. À esquerda cumpre ainda retomar sua visão de longo prazo, se quer permanecer capaz de interpelar a situação atual, potente em seu diagnóstico do presente e projeto de superação, contra esse tipo de negativismo, conquanto sem escatologias ou ilusões.

A conjuntura é, com efeito, complicada, para dizer o mínimo. O mundo vai mal e não nos é favorável a atual quadra histórica. Mas, precisamente por isso, convém tentar pensar o longo prazo. Não somente – e talvez sequer nesse sentido – porque pode nos entusiasmar um pouco mais, sugerindo novas avenidas da mudança social capazes de, alegrando-nos, mobilizar nossos afetos. Trata-se sobretudo de delinear quais as tendências e possibilidades de desenvolvimento da modernidade contemporânea e em que medida elas abrigam potencialidades emancipatórias. Um pensamento estratégico mais robusto pode se desdobrar daí, na medida em que nos armemos para distinguir quais são as tensões e contradições fundamentais que nossos projetos podem explorar.

Deste modo, este texto começará inicialmente recuperando os elementos fundamentais do pensamento emancipatório do século XIX ao XX, tributário em especial do marxismo. Em seguida explorará uma leitura alternativa da modernidade, em especial em seus aspectos contemporâneos. A questão das tendências de desenvolvimento social e dos conceitos para compreendê-las orienta a exposição.³ Finalmente, buscar-se-á fazer uma ponte com nossa situação concreta brasileira contemporânea.

Obviamente o que aqui se expõe não quer dizer que o curto e o médio prazo não sejam importantes, nem que as tendências que se identificarão no correr do texto esgotem os processos de desenvolvimento da modernidade que merecem atenção. Elas podem de todo modo ajudar a nos orientarmos em um cenário espinhoso e que não se solucionará imediatamente. De certo modo não há alternativa senão termos em mente a questão do longo prazo e com isso sermos capazes de pensar nossas táticas conjunturais em função de estratégias mais amplas.

Algumas advertências devem ser feitas antes de passarmos à discussão central deste texto. Em primeiro lugar, ele não tenciona cobrir todas as questões que a história da esquerda se pôs historicamente, nem debater todas aquelas que seria necessário ter em foco em uma análise mais ampla. Isso inclui o feminismo, a luta contra o racismo e os conflitos étnicos e religiosos, bem como a questão do meio-ambiente. De todo modo, deve-se ter claro que o tema da democratização e dos direitos (que, como se verá, tem centralidade em meu argumento) se coloca como resposta parcial àquelas primeiras questões, seja no que diz respeito ao estado e à política em sentido estrito, seja no que concerne às relações sociais de maneira mais geral. Aliás, seria um tanto patético, contra a história e a prática emancipatória dos movimentos sociais, opor a essas lutas por direitos um marxismo ortodoxo que recusa essas lutas e a própria ideia de direitos como ideologia e mistificação burgue-

sas. Já quanto à questão do meio-ambiente e da natureza, não apenas a dinâmica expansiva do capitalismo é decisiva, tal qual tratada na próxima sessão, mas também a perspectiva de um outro tipo de desenvolvimento, também aventada brevemente mais adiante, poderia e deveria ser melhor explorada em perspectiva mais abrangente. Cumpriria trazer assim à discussão as propostas de movimentos sociais específicos, em ambos os casos. No entanto, isso extrapolaria os limites do que me proponho a revisar aqui como abertura de uma discussão que, sem dúvida, precisa ser mais alentada e difundir-se na esquerda de maneira geral, especialmente na brasileira.

Um segundo ponto a ser levantado é que, quando falo de fortalecimento do estado, refiro-me a um processo mais amplo quem tem múltiplas faces, muito para além de sua intervenção na economia, embora esta continue intensa, ainda que se realize de modo distinto. De um lado, isso implica uma tendência mais geral, embora em casos concretos até mesmo a desapareição ou destruição de certos estados possa ocorrer. De outro, esse fortalecimento do estado tem lugar em termos de sua expansão em articulação com organizações supranacionais, paraestatais (como as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial), bem como com agentes societários, como grandes corporações, organizações não governamentais, fundações privadas, entre outros agentes do que alguns têm por hábito classificar como parte da “sociedade civil” (em termos de um “estado ampliado”, para usar a expressão de Gramsci). Obviamente, quais delas participam de blocos de poder específico é algo que varia historicamente, dependendo das correlações de força, das vitórias e derrotas que a cada conjuntura se verificam, ainda que certos elementos constitutivos do estado moderno estejam inevitavelmente ligados a sua existência como sistema de dominação.

Enfim, vale notar, e esta é a última advertência que gostaria de fazer antes de prosseguirmos, que é a experiência da esquerda brasileira o que na verdade fornece o eixo deste texto. Nesse sentido sua conclusão poderia perfeitamente servir de introdução, o que evitei fazer com o intuito de que a enunciação dos problemas e soluções que se apresentarão a seu fim não fique excessivamente contaminada por esse debate específico e com isso sobrecarregada de pressuposições políticas mais imediatas.

A CONFIANÇA NO PROLETARIADO E AS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO

A grande teoria crítica dos séculos XIX e XX foi sem dúvida o marxismo, em suas diversas roupagens. Não que o anarquismo não tenha tido grande impacto, tampouco que não tenha gerado ideias relevantes, especialmente no que se refere a novas formas de organização política, tendo como pressuposição a destruição do estado. Mas faltou – ou na verdade não interessou – ao anarquismo articular uma teoria mais geral sobre o desenvolvimento da modernidade (Woodcock, 1962; Graeber, 2004). Foi Marx que se propôs a fazê-lo, com vínculo estreito com um diagnóstico do presente e a identificação das possibilidades de futuro, o socialismo e o comunismo. A socialdemocracia e os movimentos de libertação nacional da periferia completaram, já no século XX, esse desenho do campo emancipatório no que tange a uma visão de longo prazo.

Marx assinalou três grandes tendências de desenvolvimento da modernidade (em conjunção com o desenvolvimento das “forças produtivas”, mas mais especificamente que essa conceitualização geral). A primeira delas, exposta no “Manifesto do Partido Comunista”, era a tendência à simplificação dos antagonismos de classe na modernidade – ou no capitalismo, o que para ele e Engels eram sinônimos. Se modos de produção anteriores continham classes e grupos variados, em conflito, o capitalismo tendia a reduzi-los todos a apenas dois: burguesia e proletariado. Os setores médios – a pequena-burguesia acima de tudo – ou ascenderiam, em número muito pequeno, às fileiras da burguesia, ou cairiam nas do proletariado. Este, cada vez mais numeroso e ao mesmo tempo privado de qualquer coisa que não sua força de trabalho, acabaria como maioria social absoluta e se caracterizaria pelo interesse de dar fim a sua escravidão, instaurando o socialismo e o comunismo (Marx e Engels, 1848).

Paralelamente a isso, Marx, em suas obras de crítica positiva da economia burguesa clássica, teorizou o que chamou de “queda tendencial da taxa de lucro”. Para Marx, apesar de se haver popularizado uma problemática leitura de seus cadernos de trabalho (os *Grundrisse*) que dá destaque à ciência como força produtiva, a única coisa capaz de transpor o valor contido em produtos já realizados para outros e nesse processo ademais gerar valor – mais-valor, mais-valia – era a força de trabalho, o “trabalho vivo”. No entanto, a luta de classes e a competição entre capitalistas levava a que na produção cumprisse papel cada vez mais importante o “trabalho morto”, acumulado, derivado da utilização prévia da força de trabalho: era a importância exponencial da maquinaria no desenvolvimento capitalista e a ciência a ela aplicada, que não eram, porém, capazes de gerar qualquer valor. O lucro do capitalista é a relação entre dispêndio monetário com investimento em meios de produção e força de trabalho, de um lado, e o valor traduzido em dinheiro que se acresce ao daqueles no processo produtivo. Assim, se houvesse um dispêndio cada vez maior com meios de produção (em especial instrumentos de produção – e, dentre estes, máquinas) a taxa de lucro diminuiria, mesmo se aumentasse a taxa de mais-valia, isto é, a exploração do trabalhador. Foi exatamente uma tendência histórica nesse sentido que Marx teorizou em *O capital* (1867 e 1894), se bem que ao que parece com menos certeza quanto a essa “lei” à medida que mais se ocupava com ela.

Muita tinta correu nesse debate dentro do marxismo e não vale a pena nos determos nele aqui (ver Aricó, 1976-77), até porque é duvidoso que faça sentido a questão, ao menos tal qual posta por Marx e cristalizada de maneira mais catastrofista por Engels em sua edição do volume três de *O capital*. Em algumas versões isso levava a um colapso do capitalismo – como na edição de seu companheiro; em outras, a sua mera estagnação, como se diz estar no texto original. Fato é que aquela tendência implicava uma crise de grande monta do capitalismo, a qual abria espaço para que o proletariado agisse de forma revolucionária, ainda mais se se leva em conta que a esta altura constituiria realmente a maioria da sociedade.

E era nessa concepção, maduramente apresentada em *O capital*, que Marx realmente apostava. Desde a “acumulação primitiva” que deu origem ao modo de produção capitalista e em seu desenvolvimento desde então, havia uma tendência a uma expropriação de todos por uns poucos, cada vez em número mais reduzido. Haveria uma “concentração” (mais capital utiliza-

do conjuntamente) e uma “centralização” (menos proprietários) do capital à medida que a acumulação avançasse e a competição eliminasse os mais fracos. Mas isso terminaria com a inversão dialética do processo, a “negação da negação”: os “expropriadores” seriam “expropriados”! A profecia do “Manifesto” se justificava agora cientificamente. Se aquelas duas tendências anteriores deitavam raízes em uma espécie de automatismo que não se podia controlar – como fruto de consequências não intencionais da ação, como se diria hoje –, esta terceira dependia finalmente da intervenção consciente do proletariado para dar início à transição ao socialismo. Note-se que Marx sequer esboçou o capítulo sobre as classes na preparação daquele volume três. Seguramente a presença das classes médias e talvez mesmo a percepção de que não iriam diminuir, ao contrário, tenha bloqueado sua sempre eloquente escrita. Seja como for, isso foi desconsiderado, embora a questão em si estivesse longe de desaparecer (Marx, 1867 e 1894).

Hoje dificilmente essas teses seriam defensáveis, mesmo se ainda se pode encontrar nelas elementos de valor, especialmente no sentido de que há uma efetiva monopolização – ou, mais precisamente, oligopolização, o poder de umas poucas grandes empresas – ocorrendo na economia. Aliás, Hilferding (1910) atualizou as teses de Marx destacando o papel do capital financeiro nesse processo já no século XX, com a fusão do capital bancário e do capital industrial, sob a égide do primeiro. Um novo estágio no processo de acumulação capitalista assim se abria.

Isso se vinculou decisivamente nas teses de Lenin (1917) sobre o imperialismo – baseado na exportação de capital – com a centralidade da luta global contra esse capital monopolista e financeiro no curso do enfrentamento contra o capital e a burguesia que, como classe, era sua portadora.⁴ Lutar pelo socialismo era assim lutar contra o capital financeiro, o capital monopolista central e sua projeção na periferia do mundo capitalista, contra o imperialismo, contra o colonialismo e fenômenos similares – o que de fato esteve no centro da luta revolucionária, com forte cunho nacionalista, ao longo de todo o século XX. Em que medida isso segue sendo crucial oferece, contudo, outra interrogação, ainda que países como a China e o Vietnã, com suas bem-sucedidas revoluções nacionais, sigam firme em suas tentativas de desenvolvimento parcialmente autônomo nos quadros de um capitalismo cada vez mais global. Mesmo movimentos nacionalistas que não tinham, diferentemente desses dois exemplos, o comunismo como horizonte, participavam de um movimento mais amplo, que permitia divisar em sua conclusão uma inflexão na direção do socialismo. Em alguns casos isso se mostrou mesmo imediato, como Cuba evidenciou radicalmente (Amin, 1983).

Por seu turno, a socialdemocracia, socialista ou de cunho mais liberal, percebeu que, no que tange aos direitos, uma tendência histórica importante também se desdobrava, mais modesta mas mesmo assim importante. Tratava-se da demanda por direitos sociais, bem mais concretos e cada vez mais numerosos e heterogêneos, que se desdobravam simultaneamente em parte dentro do molde, em parte excedendo-o, dos direitos civis e políticos, em sua abstração e homogeneidade. Marshall (1950) exemplificou, de modo bastante descritivo, esse desenvolvimento com referência à Inglaterra e com um ponto de vista socialdemocrata liberal. Outros apostavam mais em uma “desmercantilização” da vida, da força de trabalho e das relações sociais, com

a expansão dos direitos sociais, o que já descortinaria ao menos algumas vias rumo à sociedade socialista (Esping-Andersen, 1985).

Hoje, pouco resta dessa perspectiva de longo prazo. Negri (2005, p. 10, por exemplo) é um dos pouquíssimos autores que articula um pensamento baseado em tendências de desenvolvimento. Mas muito problemática é sua solução, calcada na suposição da existência de uma “multidão” que faz as vezes de um novo proletariado universal revolucionário, definido de forma demasiado genérica e com a passagem ao comunismo suposta de maneira altamente imediatista, estratégia e organização estando em geral ausentes de suas reflexões. Exceções se encontram dentro do marxismo, as quais também afirmam a tendência geral à proletarização de todos os trabalhadores, em todas as camadas sociais e globalmente, que se tornam progressivamente assalariados, com portanto as possíveis consequências políticas que Marx previra (ver Antunes, 1995). Se a proletarização é evidente, daí não segue que haja aquela homogeneização social e muito menos de interesses, para não falar de capacidade de organização, que eram centrais para Marx. De um modo geral, todavia, as ciências sociais flutuam nos estudos mais empíricos e nos processos seja de curto prazo ou, quando encaram aqueles de cunho “longitudinal”, mais amplos, acentuam a contingência do desenvolvimento histórico, descartando a identificação de tendências e dos mecanismos sociais que as engendram e reiteram, assim como podem transformar. A próxima seção se dedicará a pôr a questão de maneira distinta.

TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS DE DESENVOLVIMENTO

É tese central deste texto – com consequências políticas importantes – que são quatro as tendências mais importantes a se desenvolverem neste momento no seio da modernidade. Vejamos uma a uma quais são elas e seus possíveis desdobramentos. Deixemos de lado claramente aquela, de Marx, segundo a qual haveria uma simplificação dos antagonismos sociais e uma polarização entre as classes, tese que a história mesmo vem se encarregando de falsificar, não obstante uma proletarização generalizada.⁵ Duas das que se justificam em termos de diagnóstico contemporâneo já foram introduzidas anteriormente neste texto.

A primeira, também derivada da obra de Marx e de seus desenvolvimentos por outros marxistas, aponta para a tendência à monopolização crescente da economia, cuja expressão maior são as grandes corporações transnacionais e, por cima de tudo, o capital financeiro contemporâneo. Nunca se atinge monopolização total (trata-se no fundamental de grandes oligopólios) e seguimos nos quadros do capitalismo, mas tanto a concentração e centralização do capital quanto a importância do capital financeiro não param de crescer (ainda que sem a fusão entre capital bancário e industrial que era decisiva nas teses de Hilferding). Deparamo-nos aqui com uma tendência claramente opressiva, que diminui a liberdade de todos, inclusive no que toca ao mercado capitalista: uns poucos crescentemente dominam a vida econômica e, mais amplamente, social, uma vez que o capital e a mercantilização penetram também todas as esferas e interstícios da vida contemporânea. Em particular deve-se destacar como essa oligopolização atinge os meios de comunicação de massa. Posteriormente discutiremos sua interseção com o aparelho de estado.

A segunda é aquela em que direitos se multiplicam – ou pelo menos a demanda por direitos se multiplica e intensifica – e a simplicidade das abstrações dos direitos civis e políticos é ultrapassada por crescente heterogeneidade. O neoliberalismo contemporâneo, em sua versão social liberal, contrapõe a essa expansão da demanda por direitos políticas sociais focalizadas, que subtraem o caráter universalista que os direitos sociais retêm, não obstante sua heterogeneidade interna. Em que medida políticas setorializadas – e que implicam coletivos específicos, como mulheres, “raças” e etnias ou imigrantes, por vezes – se apresentam como direitos, ou podem com eles se entrelaçar, depende de o quanto a cena social se acha colonizada pelo social liberalismo ou se se calca, antes, em uma verdadeira universalização dos direitos e em uma tendência, através disso, de desmercantilização da vida social. A multiplicação e intensificação da demanda por direitos consiste, de todo modo, em si, em uma tendência emancipatória, que pode ter efeitos de longo prazo, a qual é, além do mais, crucial na pauta dos movimentos sociais, tendo assim relevante produtividade política. Deve ser portanto otimizada, impulsionada, de maneira a reforçar sua direção emancipatória e opor-se exatamente às tendências limitadoras que, taticamente, como resposta política geral a possíveis e efetivas demandas de direitos, apresentam as políticas focalizadas do social liberalismo (Domingues, 2013).

Duas outras tendências precisam ser assinaladas e sua importância política articulada de maneira clara, inclusive em relação, positiva ou negativa, às duas anteriores. Refiro-me à tendência ao fortalecimento do estado e, por outro lado, a uma crescente autonomização de indivíduos e coletividades. Uma enorme tensão se localiza nesses dois desenvolvimentos, vinculados em parte entre si, bem como divergentes.⁶

O estado moderno emergiu ao fim da Idade Média, fruto em larga medida dos embates entre senhores feudais, cujo resultado foi o estado absolutista, que acabou por metamorfosear-se em estado nacional no curso da transição para a modernidade. De fato, surge aí o que podemos chamar de modernidade política. Entre as suas características básicas encontramos: uma infraestrutura legal de cunho liberal (onde vige, em princípio, o “império da lei”); uma burocracia de caráter racional-legal (e não patrimonialista, ou seja, que não usa o estado para benefício próprio, embora na prática isso seja realmente mais limitado, dependendo de qual país está em questão); divisão de poderes mais ou menos acentuada, entre legislativo, executivo e judiciário; forças militares divididas finalmente entre aquelas que atuam externamente e aquelas que mantêm a ordem interna; uma crescente penetração na vida social, com instrumentos mais sofisticados se articulando à medida que a modernidade evolui, dentre os quais a capacidade de vigilância se destaca, mas também a biopolítica e a disciplina, articuladas pela “norma” que deveria orientar as condutas dos sujeitos (para falar com Foucault).

Mas há também características que mudam mais acentuadamente no curso de seu desenvolvimento: o fortalecimento do executivo durante todo o desdobramento da modernidade; um vínculo ao longo dos séculos XIX e XX cada vez mais intenso com as populações sob sua jurisdição, mas seu deslocamento, rumo a respostas a agentes globais na virada para o XXI; uma mudança nas áreas prioritárias de atuação desse estado (sobre a economia e em seguida para fora dela, cada vez mais no que diz respeito à vida social em

geral e à construção da subjetividade, hoje com destaque para o individualismo neoliberal) e da forma como regula a vida social (direta ou mais indiretamente); expansão de direitos, porém reversão rumo ao social liberalismo no início do século XXI.

De modo geral identifica-seum fortalecimento crescente do estado, ainda que com idas e vindas, bem como mudanças em suas características, além de situações distintas se verificando no que se refere a cada um deles. Isso se articula a um enorme aumentoda capacidade do estado de intervir, taxar, administrar e moldar a vida social, para muito além de sua capacidade de repressão, que não cessa de aumentar, ainda que se mantenha em geral latente (ainda que, em tese, os estados contemporâneos possam facilmente erradicar totalmente suas próprias populações). Em outras palavras, em todos os âmbitos cresceu o poder estatal, embora o neoliberalismo tenha alterado as zonas em que sua atuação é prioritária, retirando-o parcialmente do controle da economia. É preciso ter, porém, cuidado para não pensar o estado em termos demasiadamente tradicionais, isoladamente. Trata-se efetivamente de um "estado ampliado", para falar com Gramsci, ou em "rede", para mobilizar Castells, seja interna seja externamente. Ele domina e governa mediante alianças com organizações societárias internas (sindicatos, associações empresariais, movimentos sociais e culturais, movimentos e organizações religiosas, para mencionar apenas alguns exemplos de uma infinidade de possibilidades, as quais se fazem mais ou menos importantes de acordo com o "bloco histórico" que organiza um estado determinado). Vincula-se também em termos de alianças para fora, com outros estados, formal ou informalmente, pelas Nações Unidas, com grandes corporações, fundações filantrópicas, o Banco Mundial (com enorme destaque hoje) e daí por diante. Em suma, o poder do estado aumenta, mas o faz se articulando com outras agências sociais, em relação às quais tem centralidade, conquanto não exclusividade. Obviamente, o poder de cada um desses estados para moldar-se e moldar a outros estados depende de sua posição nas relações internacionais de modo geral.

Esse fortalecimento do estado e a ampliação de seu poder para áreas sempre novas ocorrem em grande medida por conta de automatismos que não derivam da vontade explícita de ninguém. Ou seja, têm como mecanismo subjacente um impulso de burocratas no ensejo de realizar suas tarefas e/ou aumentar seu poder, responder a demandas da sociedade, deslanchar programas que se supõe importantes para fazê-la avançar, entre outras possibilidades de atuação de indivíduos e impulsos coletivos, que têm consequências que não são conhecidas ou antecipadas, ou, ainda, que não importam a quem busca objetivos mais imediatos. Ocorre esse fortalecimento e ampliação de poder também, todavia, como fruto de desígnios mais definidos de políticos e burocratas que veem no estado um aparelho fundamental para a realização de objetivos de dominação ou governança da sociedade, ou como instrumental para a realização de metas de agentes dentro ou fora do estado (sejam eles conservadores ou progressistas, visem o controle e a repressão ou a expansão de direitos), quando não se encontra mesmo um certo culto do estado como agente da coesão e do desenvolvimento social, o que legitimaria aqueles processos.

Esse desenvolvimento do poder doestado tem como contrapartida, promove-a sem intenção e busca segui-la, para controlá-la, uma autonomi-

zação dos indivíduos e das coletividades na vida social. Isso equivale mesmo a um aumento parcial da liberdade social dos agentes em condições de modernidade avançada, sem que, por outro lado, lhes seja facultada a capacidade de intervir mais amplamente na definição de seus destinos coletivos. Mecanismos de desençaixe são aqui fundamentais, incluindo a expansão do mercado – com sua corrosão de todos os vínculos estáveis; do próprio estado – implicando mobilidade espacial crescente, embora as fronteiras sigam fechadas a grande parte dos trabalhadores globalmente; multiplicação e globalização das informações e do imaginário social – em função da intensificação dos processos de comunicação, cada vez mais acentuada. Com isso, identidades se fazem mais contingentes e flexíveis (a menos que se escolha vivê-las de forma rígida, como reação a esse aumento de contingência e flexibilidade, como no islã radical ou certas formas de evangelismo e, por que não, até de leninismo); as possibilidades e obrigação de como viver a vida como uma opção cotidiana se multiplicam e reforçam (Domingues, 2002, Parte I). Mesmo as formas mais tradicionais de identificação, como a classe, se apresentam como mais frouxas e imprevisíveis, opcionais em sua intensidade e em termos de escolha como foco de ação política. Uma espécie de “singularismo” socialmente orientado e contrário a deferências de todo tipo emerge desses processos de autonomização e dos mecanismos a eles subjacentes: trata-se de uma forma de individualismo forte, que resulta também de um processo que se pode chamar de “descoletivização”, que porém não rejeita os laços e a preocupação com as questões sociais, embora implique identidades coletivas mais fluidas (Marttuccelli, 2010; Therborn, 2005).

Põe-se contudo a questão de como organizar essas populações. A classe operária tradicional se adaptava bem aos partidos grandes e com alto grau de disciplina, bem como forte eficácia política (razão pela qual socialistas e comunistas tenderam a triunfar sobre os anarquistas, para além dos problemas de organização da sociedade que estes têm dificuldade de resolver). Esse novo tipo de indivíduo, se bem que socialmente atento, mostra-se muito mais refratário ao enquadramento em organizações, sobretudo as de cunho verticalizado. Eis aí desafio que uma política emancipatória de fôlego tem que enfrentar.

O que complica ainda mais as coisas é que não só se fortalece o estado, como também restrições, em todo o mundo, à democracia se fazem evidentes. Originalmente a modernidade se inaugurou com regimes liberais oligárquicos e apenas em meados do século XX se pode falar de uma generalização da democracia liberal (Santos, 1998). Hoje o movimento é inverso: em vez de avançar daqueles regimes oligárquico-liberais tradicionais à democracia liberal, passamos desta, ainda que esse seja movimento por ora ao menos parcial, a um *regime oligárquico liberal avançado*. Este se caracteriza por uma infraestrutura legal liberal generalizada, certa abertura do debate público e limitada aceitação dos conflitos sociais, manutenção dos processos eleitorais, mas implica também a concentração do poder no executivo (de tipo parlamentarista ou presidencial, pouco importa), a dominância da burocracia, o peso do dinheiro, o controle dos meios de comunicação de massa e a captura dos partidos pelo aparelho estatal. Por cima de tudo e com tudo se entrelaçando – na forma de um estado ampliado –, destacam-se as grandes corporações e o capital financeiro, bem como aqueles que pretendem representá-los administrativa e politicamente. A democracia se restringe e no limite se converte em mero simulacro.

Essa perversão da democracia liberal não se dá, contudo, sem que aquela tendência de longo prazo à autonomização social de indivíduos e coletividades manifeste forte oposição. Em princípio esta se apresenta dentro dos quadros da própria cidadania, que liga esses processos de autonomização à própria estrutura do estado moderno liberal. Os direitos civis, políticos, sociais, difusos, são aquiessenciais. Mas na medida em que esse estado – capturado por sua própria lógica de concentração de poder e a do capital, assim como cada vez mais orientado para fora de suas fronteiras – se distancia dos interesses e demandas, das ações e movimentos, de suas populações, verifica-se a possibilidade, que é resultado em parte do choque entre o fortalecimento do estado e a autonomização social, de esta última passar a correr *por fora do leito* da própria cidadania, em termos de seus objetivos e auto-compreensão, ainda que flua melhor quando os sistemas do direito liberal moderno, com suas proteções civis, se acham mais presentes. Não por acaso o anarquismo, em suas diversas faces e talvez mais como espírito que como movimento em si, torna-se de novo influente contemporaneamente.

Esses desenvolvimentos históricos fazem com que a questão da democracia ganhe enorme centralidade hoje em dia, talvez ainda mais do que sempre teve, ou deveria ter tido. No marxismo, ela sempre se revelou com um caráter em larga medida instrumental e pouco teorizada, suas possibilidades de desenvolvimento concreto obstaculizadas nos processos revolucionários de orientação socialista ou nacionalista emancipatório (de tipo, digamos, “terceiro-mundista”) que a modernidade conheceu. Nas últimas décadas a democracia foi valorizada, mas é discutível em que medida a esquerda investiu nela de forma sistemática, sobretudo após ter tido a oportunidade de chegar ao poder. Voltarei a isso na próxima seção. Importa aqui sublinhar que a questão democrática tem que assumir ainda mais proeminência no campo da esquerda, seja por razões substantivas, seja devido a uma concepção estratégica.

Substantivamente, trata-se de recuperar e dar amplitude aos elementos emancipatórios que a própria modernidade forneceu. A esquerda o tem feito, mas é preciso ir mais além e repensar alguns outros temas fundamentais, a começar pela autodeterminação coletiva livre e igualitária que subjaz à ideia de democracia, ao menos idealmente pensada. Estrategicamente, trata-se de reconhecer na contradição entre fortalecimento do estado ampliado e autonomização social um dos temas decisivos de nossa época. Ele se sobrepõe inclusive, do ponto de vista estratégico, embora não substantivo, ao tema da “expropriação dos expropriadores”, resultado requerido por Marx frente à tendência-chave da acumulação capitalista. Nas condições atuais esta perspectiva, sequer demanda hoje, não passa de figura de retórica e se encontra longe de qualquer alternativa factível. De qualquer modo, depende de um aprofundamento sem par da democracia para ser sequer considerada.

A construção de um poder social se tem posto mesmo como um tema para as versões mais radicais do pensamento emancipatório, em particular sob o guarda-chuva, ainda e talvez inevitavelmente impreciso, da ideia do “comum” (Hart e Negri, 2011a e 2011b; Dardot e Laval, 2014). Ele surge como uma possibilidade de mediação entre os agentes, construído fora do estado, ainda que dificilmente seja plausível, em sociedades tão vastas e complexas como as nossas, supor que ele venha a escapar de formas, espera-se que democratizadas, de representação política. Recuperam-se assim as ideias ra-

dicais do socialismo que, de Proudhon (1863) a Marx (1871), se colocaram no cerne dos movimentos emancipatórios, com destaque para a Comuna de Paris. Se seria possível seguir as ideias do primeiro, de fato adotadas pelo segundo em sua análise da Comuna de Paris, e reorganizar toda a extremamente complexa e globalizada vida econômica e política contemporânea sob a forma de “federações” nascidas de baixo para cima, no que se combinem uma forma renovada de “autoridade” com a “liberdade”, é questão que requer muita discussão. Bem como, o que é crucial, experimentação prática.

O que é importante enfatizar também é que, com o nível de fortalecimento do estado atual, é muito difícil divisar seu esvanecimento, seja lá o que isso queira dizer. Ele em si e seu papel social não podem assim senão tornar-se um campo de disputa – tão difícil quanto se possa imaginar. À pergunta – é possível democratizar o estado? – não é possível responder com exatidão. Mas supor que basta construir um poder social oposto a um estado tão forte e penetrante para de alguma maneira abatê-lo ou substituí-lo é presunção que tampouco se sustenta. O que se requer é um movimento misto, de pinça: democratização via autonomização social e, ao mesmo tempo, busca de democratização do estado. Pode-se sugerir que se trata de uma demanda contraditória, pois um esforço anula o outro. Talvez isso seja verdade. Mas também o é tentar caminhar em apenas uma direção. Estrategicamente, para retirar o estado de seus compromissos atuais, sem deixar-se capturar por sua lógica, cabe à esquerda – ou talvez mais exatamente a esquerdas plurais – apostar nessa dupla perspectiva, externa e interna, desde que reconhecidas as possibilidades e os limites de cada uma.

Aqui vale, assim, conectar os dois elementos emancipatórios anteriormente introduzidos: expansão dos direitos, ou ao menos de sua demanda, e autonomização individual e coletiva. De forma alguma se deve opô-los. Trata-se de ampliar a cidadania em todos os seus aspectos, incluindo aquele do plano civil – que deve ser desconectado da *propriedade* como seu fundamento, todavia – e o que se costuma chamar de “império da lei”, isto é, a aplicação do direito, como regras básicas de liberdade e igualdade, que se estendem à solidariedade (proteção do público e do comum), homoganeamente, sem por outro lado fechar os olhos para as injustiças que daí possam advir e que demandem certa particularização. Mas trata-se também de garantir o maior espaço possível de manobra para os movimentos sociais, especialmente populares, inclusive e sobretudo quando forçam a ampliação dos direitos em direções pouco claras ou ainda não estabelecidas. Não há receita pronta para como lidar com possíveis tensões e contradições nessa conexão. A sensibilidade política e a responsabilidade, a democracia e o pluralismo devem ser valorizados em tais situações de conflito.

Uma analogia é a esta altura relevante, apontando para a questão da mercadoria em *O Capital* (1867) de Marx. Toda a primeira parte deste clássico dos clássicos do marxismo, decisiva para o desenrolar de sua construção analítica, se ocupa da mercadoria e do mercado como uma primeira “aparência” que oculta a exploração do trabalhador sob a troca de equivalentes em que mergulha a própria força de trabalho, geradora da mais-valia apropriada pelo capitalista. Isso faz da mercadoria mera “aparência”, falsa nesse sentido, por trás da qual se escondem as relações de produção, a exploração da força de trabalho e as tendências da acumulação capitalistas? Isso significa que mer-

cadorias e mercado precisam ser abolidos? Marx reconhecia que havia muito mais a ser compreendido a respeito o capitalismo, afirmando porém o papel da mercadoria e do mercado como elementos decisivos em sua estruturação, do qual, aliás, todo o resto dependia, inclusive a realização do valor e da mais-valia, embora a expressão “aparência” (acompanhada de indicações relativas à “essência”) tenha se posto como uma má herança metafísica, que confunde mais que esclarece. Supôs ele, por outro lado, que no socialismo mercadoria e mercado deveriam ser abolidos (sem jamais ter sido demasiado explícito quanto a isso), o que de resto o “socialismo real” mostrou ser operação discutível, muito provavelmente absurda dada a extrema complexidade da vida social nesse estágio atual da evolução, sem que isso implique que, no futuro, devam manter as características que hoje os definem em termos capitalistas.⁷

Os direitos e o direito são também cruciais para a estruturação da modernidade, em especial em sua dimensão jurídico-política, sem ser mera “aparência” ou ilusão, se bem que seu encantamento – que nos define como indivíduos simplesmente livres – oculte em especial o poder e a dominação jurídico-política do estado e mais diretamente societária de outras coletividades (capitalistas, homens, brancos, nacionais naturais de determinado país, etc.). Mais que isso: não devemos supor que acabar com a dominação estatal se funde na eliminação dos direitos e do direito; trata-se, ao contrário, de forçar ao máximo a sua implementação em todas as esferas, como estado eo direito pensados como campo de luta. O que, no longo prazo, ocorrerá com eles, que possíveis mutações podem vir a sofrer, é algo que só o futuro dirá. Devem ser forçados a cumprir as promessas de liberdade, igualdade e solidariedade que seu encantamento contém, lançando-as contra a dominação e a opressão estatal que se põe para além deles e por vezes mediante eles mesmos (por exemplo, ao garantirem o funcionamento da burocracia estatal, incluindo seus ramos dedicados à repressão, e o funcionamento do capitalismo, com a defesa da propriedade privada).

O mesmo é verdadeiro em certa medida no que se refere aos direitos políticos e ao sistema representativo. O nível de complexidade das “sociedades” contemporâneas e de sua integração global impõe, mesmo se levamos em conta a ideia de construção de uma “federação” de baixo paracima, nos moldes de Proudhon, a questão de algum grau de transferência da soberania popular a representantes ou delegados (não importa como os chamemos, é do mesmo fenômeno que falamos). Assim cede-se, goste-se ou não, poder decisório e “autoridade”, ainda que se possa estruturar esses processos e instituições de modo a eliminar ou restringir ao máximo o funcionamento de relações e sistemas de dominação, garantindo a autonomia individual e coletiva, aumentando os espaços de discussão e o controle sobre esses representantes ou delegados. Não faz sentido, afora exortações de caráter pouco conectado aos processos sociais concretos, inclusive de luta social, desconhecer ou minimizar essa questão.

A CONJUNTURA BRASILEIRA E O PROJETO DA ESQUERDA

A esquerda brasileira emergiu da ditadura militar com a enorme vantagem de haver logrado entender e enfatizar a questão democrática. Essa novidade despontava em vários quadrantes. Ela se encontrava na política do Partido

Comunista Brasileiro (PCB), que propusera a “frente democrática” contra a ditadura e deslocara para uma posição subordinada em seu programa a “questão nacional”, embora esse partido logo conhecesse seu ocaso. Localizava-se também na perspectiva do Partido dos Trabalhadores (PT), que nascia representando os movimentos sociais e valorizava a prática da democracia direta. Isso levou inclusive à introdução de Conselhos participativos no próprio arcabouço da Constituição de 1988 e posteriormente a experiências como o Orçamento Participativo (OP) municipal, capitaneadas pelo próprio PT. Decerto outras forças se aferravam a posições mais antigas da esquerda brasileira, mantendo a centralidade da questão nacional e do projeto anti-imperialista, se bem que aprendendo a valorizar também a institucionalidade democrática, caso do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), ao passo que o PT em particular evidenciava forte antiestatismo, querendo mesmo explicitamente refundar a trajetória da esquerda brasileira (Segatto, 1981; Sales, 2007; Avritzer, 2002; Secco, 2010).

Curiosamente, a chegada do PT ao poder em 2003 já era de certo modo acompanhada de uma inflexão, a qual dava espaço a um projeto desenvolvimentista social. Nos anos que se seguiram, a matriz estatal-nacionalista da esquerda brasileira retomou força inusitada no “projeto” do partido (Reis, 2015) (para satisfação, obviamente, de seu principal aliado na esquerda, o PCdoB). Esse retorno à matriz nacionalista-estatal se combinou com a curiosa visão de que poderia e deveria permanecer no poder indefinidamente e com alianças um tanto confusas e jamais efetivamente tematizadas com setores importantes da burguesia brasileira, notadamente as empreiteiras e o agronegócio, em nome de um desenvolvimentismo que não havia de fato combinado com a sociedade (Domingues, 2016b). No caminho de volta ao passado da esquerda, a questão democrática foi sendo esquecida, afóra a participação fechada e sem debate público dos movimentos sociais nas administrações do partido e, obviamente, a defesa da institucionalidade liberal-democrática. Mesmo os OPs foram descontinuados e o PT se reconstituiu como uma máquina vinculada ao estado, a qual se fez cada vez mais difícil distinguir de outras máquinas partidárias, com todos os vícios que em geral as acometem, além de alguns mais típicos da sociedade brasileira. Pouca consequência tiveram as conferências temáticas nacionais e os diversos conselhos que ao início de seu período no governo o partido de fato implantou. A crise veio e o partido se esborrachou. Outras agremiações na esquerda, notadamente o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), querem construir outra trajetória, mas não é claro como e se o farão. Não há perspectiva estratégica sendo desenvolvida que realmente permita supor que isso ocorrerá.

Que fazer? A pergunta, já tão antiga, volta a ressoar. E de novo a questão democrática se impõe, teoricamente e sobretudo na prática. Se nesses anos ela recebeu pouquíssima atenção, como se a participação fora do controle dos aparelhos partidários e estatal atrapalhe os processos de mudança social (atitude bastante típica da esquerda, mas um tanto surpreendente e reveladora, consideradas as origens do PT), é imperativo que ela volte a receber absoluta centralidade. Isso é verdadeiro em função da situação particular do Brasil, face ao golpe parlamentar/impeachment de 2016 e aos retrocessos impostos pelo governo de Michel Temer, mas vai muito além.

Aí incide a discussão realizada ao longo deste texto. Afinal, se aqui as restrições à democracia, em que pese os avanços reais das últimas décadas,

são fortes e é mais fácil, em certo sentido, imaginar a cristalização de uma oligarquia liberal avançada, nos termos acima sugeridos, compartilhamos de todo modo os problemas mais gerais que o desenvolvimento da modernidade impõe a todos os países e regiões. Ou seja, as tendências de desenvolvimento que opõem fortalecimento do estado e autonomização de indivíduos e coletividades se verificam com grande força no Brasil.

Isso quer dizer que é preciso lidar com a questão democrática aqui também por duas vias, cuja complementariedade é tão necessária quanto difícil: democratização da política pela organização autônoma (e que assim deve permanecer) da sociedade – inclusive com espaços de exercício decisório exteriores ao estado, os chamemos de “comum” ou qualquer outra coisa; e democratização do estado, em larga medida por dentro (o que põe em tela o papel dos partidos de esquerda, que em geral, como todos os partidos, tendem a orientar-se à conquista e manutenção do poder estatal). Antes que uma “guerra de movimento”, uma longa “guerra de posições” se põe no cenário global atual a começar pela luta em torno à democracia (possíveis exceções não obstante). É evidente que essa centralidade da questão democrática se conjuga com outras pautas e questões: do desenvolvimento sustentável (contra a colonização absoluta da natureza pelo capitalismo, do ponto de vista das populações humanas e não humanas em geral destrutiva, embora isso ao capital possa mesmo servir como fonte de lucro) e da autonomização em relação ao poder de outros países (imperialistas centrais ou semiperiféricos como nós, que entretanto usam seu poder econômico criando situações que não nos são favoráveis, sem contudo priorizarmos um desenvolvimento nacionalista de cunho anacrônico e com custos políticos excessivos); dos direitos sociais universais e das políticas setoriais (das mulheres, negros, indígenas, imigrantes, entre outros); da distribuição de renda e, ao fim e ao cabo, mas em circunstâncias que hoje não conseguimos divisar, da própria estrutura da propriedade e da dinâmica do capitalismo moderno.

Não há razão para separar questões substantivas e democracia, ao contrário, é mesmo difícil imaginar que as pessoas se mobilizem pelo simples amor à participação, que cresce quando esta se mostra efetiva para tratar das questões que mais direta e imediatamente lhes importam. É a partir disso, além do mais, que uma política ampla de alianças – que deve mudar à medida que avança o processo de democratização – tem que ser pensada, com destaque para a questão do trabalho e das classes, mas articulando, como de resto é usual propor-se hoje, uma muito maior quantidade de coletividades, interesses e perspectivas.⁸

Em todo caso, a questão democrática continua e continuará tendo preeminência. É imperioso tratá-la com a profundidade e criatividade que demanda. É aqui que tendências de longo prazo que podem ser hoje produtivas se localizam, assim como as maiores ameaças às conquistas que as forças populares e plebeias no mundo inteiro realizaram; é daqui que é possível pensar e desdobrar uma estratégia adequada de enfrentamento, com espírito e políticas emancipatórias, dos impasses políticos em todas as partes e da situação brasileira contemporânea, em particular, para além do desespero, do imediatismo e do taticismo que nos acossam e podem acabar nos derrotando definitivamente. Qualquer coalizão que formemos hoje, com qualquer programa, deve dar centralidade a esta questão.

Em si dar produtividade à democracia, reinventada, é politicamente produtivo, e a esquerda deve ter essa meta como central em suas práticas. Por essa via é que podemos ademais pensar em mudar mais profundamente o Brasil, nas várias dimensões em que isso se mostra, mais que necessário, imprescindível.

NOTAS

- 1 Este texto sistematiza e amplia minha apresentação na mesa-redonda *A crise da esquerda, na 1ª Semana Discente do IESP-UERJ. Desafios da democracia*, IESP-UERJ, Rio de Janeiro, outubro de 2016, muito oportunamente organizada pelos estudantes de suas pós-graduações.
- 2 E no que concerne a estas, a derrota enfim atingiu suas diversas vertentes: a que apostou em eleições, aquela que adotou a via insurrecional e a que se lançou a variantes da guerrilha e da guerra popular prolongada. Ver Bensaïd, 2011.
- 3 Ver Domingues, 2016a, para mais detalhes nesse sentido e vários dos temas a serem tratados na próxima seção.
- 4 As teses de Luxemburg(1913) sobre a necessidade de o capitalismo avançar sobre áreas e setores não capitalistas e deles se nutrir tinham menores consequências políticas imediatas, mas hoje se fazem ainda mais relevantes.
- 5 Poder-se-ia falar também em uma tendência geral ao endividamento, atrelado à expansão do capital financeiro, como sugere Lazzarato (2013), real porém com alcance revolucionário ainda menos plausível que aquele atribuível à proletarização geral.
- 6 Tratei desses temas, relativos ao estado e à autonomização, preliminarmente em Domingues, 2016b, mas eles oferecem um ponto nodal do desenvolvimento de minhas pesquisas em curso. Detalhar a bibliografia para os múltiplos aspectos do fenômeno aqui tratados sobrecarregaria muito a apresentação.
- 7 Nesse sentido a crítica de Habermas (1981, vol. 2, cap. 8) é pertinente, sem que isso signifique que se deva aceitar sua divisão conceitual entre mundo da vida e sistemas autorregulados, bem como sua visão de uma evolução linear e com ponto de chegada imutável.
- 8 Ainda que desprezando efetivamente as questões de classe – ou as secundarizando sobremaneira – e mostrando-se como excessivamente concentrada na questão do discurso, antes que nas práticas e nos conflitos, a obra original de Laclau e Mouffe (1985) ainda parece ser a melhor teorização desse tipo de questão.

REFERÊNCIAS

- Amin, Samir (1983) "A vocação terceiro-mundista do marxismo", in Eric Hobsbawm (org.), *História do marxismo*, vol. 11 (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Antunes, Ricardo (1985) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (São Paulo: Cortez).
- Aricó, José (1976-77) *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo* (México: Fondo de Cultura Económica e El Colegio de México, 2012).
- Avritzer, Leonardo (2002) *Democracy and the Public Space in Latin America* (Princeton, NJ: Princeton University Press).
- Bensaïd, Daniel (2011) *La Politique comme art stratégique* (Paris: Silepse).
- Dardot, Pierre e Laval, Christian (2014) *Commun. Essai sur la révolution au XXIe siècle* (Paris: La Découverte).
- Domingues, José Maurício (2002) *Interpretando a modernidade. Imaginário e instituições* (Rio de Janeiro: Editora FGV).
- Domingues, José Maurício (2006) "Instituições, cidadania e solidariedade complexa", in *Aproximações à América Latina* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007).
- Domingues, José Maurício (2013) "Social liberalismo y dominación global", *Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder*, vol. 4.
- Domingues, José Maurício (2016a) "Teoria social crítica e tendências de desenvolvimento, emancipação e comunismo tardio", *Sociologia & Antropologia*, vol. 6.
- Domingues, José Maurício (2016b) "Estado, cidadania, modernidade. Tendências de desenvolvimento", in Filipe Campello e Benjamin Gittel (orgs.), *Modernizações ambivalentes* (Recife: Editora UFPE).
- Esping-Andersen, Goran (1985) *Politics against Markets: The Social-Democratic Road to Power* (Princeton, NJ: Princeton University Press).
- Fukuyama, Francis (1992) *O fim da história e o último homem* (Rio de Janeiro: Rocco).
- Graeber, David (2004) *Fragments of an Anarquist Anthropology* (Chicago: Paradigm).
- Gramsci, Antonio (1932-33) *Cadernos do cárcere*, vol. 1 (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999).
- Habermas, Jürgen (1981) *Teoria do agir comunicativo* (São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012).
- Hardt, Michel e Negri, Antonio (2011a) *Commonwealth* (Cambridge, MA: Harvard University Press).
- Hardt, Michel e Negri, Antonio (2011b) *Declaração. Isto não é um manifesto* (São Paulo: N-1, 2014).

- Hilferding, Rudolf (1910) *O capital financeiro* (São Paulo: Nova Cultural, 1985).
- Jameson (1991) *Pós-modernismo, ou a lógica do capitalismo tardio* (São Paulo: Ática, 1997).
- Lenin, Vladimir I. (1917) *Imperialismo, fase superior do capitalismo (ensaio popular)* (São Paulo: Alfa-Ômega, s/d).
- Laclau, Ernesto e Mouffe, Chantal (1985) *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics* (Londres e Nova York: Verso).
- Lazzarato, Maurizio (2013) *Il governo dell'uomo debitado. Saggio Sulla Condizione Neoliberista* (Roma: Derive Approdi).
- Luxemburg, Rosa (1913) *A acumulação do capital* (São Paulo: Nova Cultural, 1985).
- Marshall, T. H. (1950) *Cidadania, classe social e status* (Rio de Janeiro: Zahar, 1967).
- Martuccelli, Danilo (2010) *La Société singulariste* (Paris: Armand Colin).
- Marx, Karl (1867) *O capital, livro I* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980).
- Marx, Karl (1871) *A guerra civil na França*, in Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras escolhidas*, vol. 3 (São Paulo: Alfa-Ômega, s/d).
- Marx, Karl (1894) *O capital, livro III* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980).
- Negri, Antonio (2005) *The Politics of Subversion: A Manifesto for the Twenty-First Century* (Cambridge: Polity, 2a. ed).
- Proudhon, Pierre (1863) *Do princípio federativo* (São Paulo: Imaginário, 2011).
- Reis, Daniel Aarão (2015) "A ditadura faz 50 anos: história e cultura política nacional-estatista", in Noberto O. Ferreras (org.), *A questão nacional e as tradições nacionais estatistas no Brasil, na América Latina e na África* (Rio de Janeiro: Editora FGV).
- Sales, Jean Rodrigues (2007) "Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política", in Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis (orgs.), *História do marxismo no Brasil*, vol. 6. Partidos e movimentos após os anos 1960 (Campinas: Editora Unicamp).
- Santos, Wanderley Guilherme (1998) "Democracia em 3D", *Dados*, vol. 41.
- Secco, Lincoln (2010) *História do PT* (São Paulo: Ateliê).
- Segatto, José Antônio (1981) *Breve história do PCB* (São Paulo: Ciências Humanas).
- Therborn, Goran (2010) *Do marxismo ao pós-marxismo?* (São Paulo: Boitempo, 2012).
- Woodcock, George (1962) *Anarquismo. Uma história das idéias e movimentos libertários*, vols. 1-2 (Porto Alegre: LP&M, 1984).

EDIÇÕES ANTERIORES

- Caderno de Trabalho Netsal v3. n.8 (2015) – Sociologia política e o espectro da modernização na América Latina, *Pedro Borba*
- Caderno de Trabalho Netsal v3. n.7 (2015) – Chile en la encrucijada de un nuevo ciclo, *Alexis Cortés*
- Caderno de Trabalho Netsal v2. n.6 (2014) – A sociologia como profissão no Brasil e na Argentina, *Pedro Blois*
- Caderno de Trabalho Netsal v2. n.5 (2014) – Movimientos sociales y gobiernos en América Latina: nuevos escenarios, tipología de relaciones y formas Estado/movimiento, *Breno Bringel y Alfredo Falero*
- Caderno de Trabalho Netsal v2. n.4 (2014) – Fronteiras turvas: sociedade e Estado no Trópico de Cochabamba, Bolívia, *Alice Soares Guimarães*
- Caderno de Trabalho Netsal v1. n.3 (2013) – A tradição das Refundações, *Fabricio Pereira da Silva*
- Caderno de Trabalho Netsal v1. n.2 (2013) – Imaginário e Política na Modernidade, *José Mauricio Domingues*
- Caderno de Trabalho Netsal v1. n.1 (2013) – Participação, Poder e Democracia, *Sara Deolinda Cardoso Pimenta*

